

BAC I

boletim anti-colonial

Outubro 1972

EDITORIAL

A luta contra a política colonial do governo português torna-se, em cada dia, mais urgente

- porque três grandes povos africanos continuam privados da liberdade a que têm direito

- porque a guerra colonial é também um crime contra o povo português, que sofre física e moralmente o peso da guerra, enquanto o seu país permanece economicamente bloqueado e politicamente espremido

- porque a guerra se arrasta, sem que esteja à vista uma solução militar para o conflito.

Existem condições para a vitória dessa luta contra a política colonial

- porque em Angola, Moçambique e Guiné, os movimentos de libertação conseguem lidar as suas posições ao nível militar, político e diplomático

- porque muitos sectores progressistas estrangeiros estão cada vez mais alertados para o problema e multiplicam-se as iniciativas de apoio aos movimentos de libertação e de confronto com a política portuguesa

- porque em Portugal a "rectaguarda" está mais desunida do que nunca:

o exército não está unido - se os altos comandos e certos oficiais de carreira defendem interesseiramente a continuação da guerra, muitos outros já perceberam a humilhação a que os sujeitam; os milicianos são contrários à guerra; a juventude ou foge para o exílio ou combate desmoralizada

o descontentamento alastra a passos largos entre o povo que já não a-

credita na propaganda governamental e que foi abrindo os olhos para a realidade dos sacrifícios inúteis a que o submetem

a oposição política portuguesa manifesta-se crescentemente contra a política colonial: as vanguardas de operários, de estudantes e de intelectuais intensificam a sua acção neste domínio, e surgem formas radicais de intervenção através da sabotagem de objectivos militares e coloniais

a própria burguesia portuguesa, não obstante ser a grande beneficiária da exploração colonial, sofre de contradições ideológicas: ou pressiona a manutenção das colónias a todo o custo, ou gostaria de se poder converter resolutamente a uma política pró-europeia, ou tenta desesperadamente uma conciliação de ambas as linhas

por seu lado, o Governo refugia-se numa intransigência que mal esconde as hesitações e contradições da burguesia, enquanto se vai desmascarando como o instrumento do capitalismo internacional para a exploração dos territórios africanos.

Se a luta é urgente e se a vitória é possível, a nossa resposta só pode ser uma: a acção.

Já assistimos tempo demais ao desenrolar dos acontecimentos. A nossa passividade já consentiu que se prolongasse uma política criminosa. Impõe-se uma acção imediata, persistente e organizada. A presente publicação pretende, justamente, contribuir para essa luta.



DOCUMENTO

A CONSCIENCIA DAS MASSAS

Entrevista com Samora Machel, presidente da FRELIMO, concedida ao semanário italiano "Rinascita" (28/4/72, pág.40).

P. - A última vez que nos encontramos foi na primavera do ano passado. Estava-se a apagar a mais maciça ofensiva levada a cabo pelos portugueses desde o início da guerra popular, e a Frelimo estava fazendo um sério balanço dos seus resultados no campo político e militar, económico e humano. À distância de um ano, qual é a situação militar no país?

R. - Definiria a situação como excelente, sem pecar por optimismo. A ofensiva portuguesa visava destruir a nossa organização, e era o ponto culminante de um ataque mais geral em diversos terrenos e por múltiplas vias. Procuraram dividir-nos a partir de dados tribais, procuraram estimular mesmo no interior da Frelimo tendências, por assim dizer, personalísticas, e finalmente assassinaram o nosso leader Eduardo Mondlane. Quando julgavam ter-nos enfraquecido o suficiente, desencadearam uma ofensiva militar que se queria decisiva. Nós, pelo contrário, resistimos, combatemos e vencemos. Ou seja, não apenas repelimos a ofensiva, mas ainda desenvolvemos uma nossa contra-ofensiva, que teve um carácter impetuoso. Nestes meses destruimos dezenas de bases inimigas nas províncias de Cabo Delgado, do Niassa, temos o pleno controle de muitas estradas e rios (o que significa ter cortado importantes vias de comunicação e abastecimento ao exército português), consolidámos enfim os territórios libertados que se tornaram sólidas bases de arranque para alastrar a nossa luta de libertação. E este é o ponto mais significativo: desde a primavera passada, libertámos praticamente toda a província de Tete e ultrapassando o Zambeze estendemos a guerrilha por vastas áreas que até agora tinham ficado fora do alcance da nossa iniciativa militar. Esta situação explica as medidas que estão a ser tomadas pelos portugueses. Após a derrota sofrida na primavera passada, estamos perante uma tentativa de reestruturação do poder militar e da administração civil colonial, um crescimento constante dos efectivos das tropas de ocupação, um novo afluxo de conselheiros militares estrangeiros, sobretudo sul-africanos, mas também americanos, ingleses, alguns alemães. Efectivamente não se esqueçam que na província de Tete estão em curso as obras da barragem de Cabora Bassa.

P. - A que se deve atribuir a resistência à ofensiva portuguesa e os êxitos da vossa contra-ofensiva?

R. - Há um aspecto militar importante. Durante a ofensiva as nossas bases resistiram e entretanto conseguimos atacar bases importantes do inimigo. Mas o aspecto militar é, a muitos títulos, secundário. Batemos os portugueses e lançámos a contra-ofensiva porque tínhamos vencido politicamente. Há três elementos que permitiram o desenvolvimento de uma situação militar que definimos como excelente. O primeiro é a consciência política do nosso povo. Esta foi a principal força que permitiu superar a crise da primavera passada e preparar as vitórias ulteriores. Sempre demos prioridade à formação política dos combatentes e do povo: agora colhemos os frutos. O segundo elemento reside na organização social e civil dada às zonas libertadas. As estruturas políticas e as estruturas económico-produtivas nas mãos do povo, a rede de hospitais e escolas, em suma as conquistas concretas da nossa guerra de libertação, confirmaram-se como força invencível, e não apenas no plano moral. Com base nestes dois elementos, quero dizer que foi sobretudo o nosso povo quem derrotou os portugueses.

Enfim um terceiro elemento importante consiste na mentalidade, nas ideias, no espírito de quem combate. Nós sabemos por que combatemos e morremos. O nosso

combatente que se sacrifica sabe por que luta. Mas o exército que enfrentamos não o sabe. Trata-se ou de mercenários, que lutam só por dinheiro, ou de jovens mobilizados atirados para uma guerra atroz e longínqua em nome do colonialismo, do racismo, em última análise dos grupos capitalistas portugueses e internacionais. Por isso não é difícil compreender em que estado de espírito combatem os portugueses. Aliás, por estas razões, e embora a guerra portuguesa seja sanguinária e cruel, quando fazemos prisioneiros - e fazemos muitos - praticamos uma política de "clemência", explicando-lhes que uma coisa é o povo português, outra coisa é o fascismo colonial.

P. - E agora quais as tarefas que enfrenta o vosso povo?

R. - São as tarefas gerais: libertar o nosso país. Se se referem também às tarefas ditadas pela experiência destes meses, direi que aprendemos a lutar ainda melhor, a atacar o inimigo nos seus pontos nevrálgicos, a desenvolver uma iniciativa militar ininterrupta e articulada, na qual o vigor se combine com a sabedoria tática e organizativa. E aprendemos também a controlar melhor a terra e não o espaço. Eu explico. Os portugueses intensificam a sua guerra aérea, porém nós não devemos olhar para o céu, mas olhar para a terra, por duas razões. Primeira: para a defender daqueles ataques; a terra é a nossa mãe, a raiz da nossa produção que alimenta a luta de libertação; por isso aprendemos a proteger e a salvar as nossas colheitas. Segunda: a terra é o lugar onde nós batemos os portugueses; é o nosso terreno de luta; os portugueses podem bombardear do céu as florestas, as pistas, as aldeias, mas é na terra que devem combater e é naquele terreno que são - segundo um velho provérbio moçambicano - como o elefante que, entrado na água, perde o seu peso.

P. - Uma parte da imprensa italiana fala da política de Caetano como se fosse diferente da de Salazar. Que há de verdade nisto?

R. - Mondlane, antes de ser assassinado, definiu Caetano como "o arquitecto da estrutura colonial portuguesa". Nada há a acrescentar a este juízo lapidário. Efectivamente Caetano não só nada mudou, como ainda procura aperfeiçoar as estruturas do "império". Desde a sua subida ao poder deu-se um contínuo crescimento das tropas de ocupação, deu-se o envio maciço de novos colonos para Moçambique, os comandos foram confiados aos piores generais racistas, como por exemplo Spínola, deu-se um afluxo mais consistente de capitais estrangeiros com o fim de espoliar Moçambique e os moçambicanos das suas riquezas. De facto Caetano é, como o foi Salazar, apenas um agente subalterno do imperialismo ocidental: os seus encontros com Nixon nos Açores deveriam ter tornado claro que esta é a única verdade.

Agora Caetano fala de autonomia para Moçambique, para Angola e para as outras assim chamadas "colónias" portuguesas. Trata-se de um embuste que não diz respeito ao povo moçambicano, e que nada muda na actual estrutura colonial, pelo contrário agrava-a, pois que procura vincular ainda mais as ditas "colónias" aos Estados racistas da África Austral, para consentir uma mais completa penetração dos capitais internacionais. Não, deveras, Caetano é um fascista como Salazar. Não é por acaso que ele continua a recusar a nossa qualidade de únicos e reais interlocutores, de representantes do povo moçambicano, reconhecidos como tais no mundo inteiro.

P. - É uma coisa conhecida, mas mesmo assim gostaríamos de perguntar: qual é a ajuda da NATO à guerra colonial portuguesa?

R. - O problema já foi analisado de todas as maneiras e não há nada a acrescentar. Basta uma só afirmação: sem a NATO não haveria guerra conduzida pelos portugueses.

P. - Nos últimos tempos, parece-nos que os movimentos de libertação conseguiram importantes resultados nas relações com diversos governos europeus, alguns dos quais pertencentes à NATO. De que se trata?

R. - Na verdade os resultados da nossa luta e a justiça da nossa causa levaram alguns governos a rever a sua atitude perante os movimentos de libertação da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique. Alguns com posições políticas positivas, outros a título humanitário. Trata-se antes de mais da Suécia e depois da Noruega, da Holanda e da Dinamarca. De resto importa recordar que os nossos movimentos são reconhecidos não apenas pela Organização da Unidade Africana (OUA), mas ainda pela UNESCO, pela FAO, e que somos membros da Comissão Económica das Nações Unidas para a África.

P. - Uma última questão. Há alguns meses, o governo português expulsou vários padres católicos de Moçambique. Que juízo faz a Frelimo sobre estes factos?

R. - Durante muitos anos os portugueses procuraram mobilizar contra nós a opinião pública com motivos religiosos e a Igreja portuguesa oficial deu o seu aval a toda a política colonial de Lisboa. Entretanto nós fomos avançando. Demonstrámos o que somos: uma força nacional, anti-colonialista e anti-imperialista, que não faz discriminações a ninguém pela religião em que acredita, pela cor da pele, ou outras coisas no mesmo género. E demonstrámo-lo não pelas coisas que dizíamos, mas pelo que fazíamos. Nas zonas libertadas combatemos a fome, a exploração, a miséria, a submissão das mulheres, a ignorância; nas nossas fileiras temos militantes católicos, protestantes, muçulmanos e animistas. Isto quer dizer que somos, não só uma grande força de libertação do domínio estrangeiro, mas também de libertação das consciências individuais. Os "padres brancos" que viviam em contacto mais directo com o nosso povo viram tudo isto e começaram então a compreender - até pelo que acontecia em geral no mundo católico - que a Igreja não deve servir uma causa injusta, que a cruz não pode andar com a espada. O governo "católico" de Lisboa expulsou-os e a Igreja oficial não os defendeu. Mas a sua expulsão não sufocou o ímpeto que cresce. Já em Janeiro passado, os padres portugueses da Beira não consentiram que a bandeira portuguesa entrasse numa das suas igrejas da cidade. Nós esperamos que esta consciência progrida e que também a Igreja oficial portuguesa mude a sua linha que ainda é de apoio aos empreendimentos coloniais.

NOTÍCIAS

=====

HOLANDA: O BOICOTE AO CAFÉ ANGOLANO

=====

O Comité Angola foi criado, em Amsterdão, logo após o levantamento popular em 1961 e o início das hostilidades em Angola, propõe-se alguns objectivos bem precisos:

- antes de mais, informar a opinião pública sobre a situação nas colónias portuguesas e suscitar uma corrente de solidariedade com os diferentes movimentos de libertação, que surgiram tanto em Angola, como em Moçambique ou na Guiné

- assistência aos numerosos desertores portugueses que recusam associar-se a uma guerra colonial

- impedir a associação de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

Os principais meios pelos quais pode agir o Comité Angola são evidentemente os mass-media: jornais, rádio, televisão, e uma rede de 700 grupos de acção dispersos pelo país.

Foi em 1971 que o Comité Angola se começou a interessar pelo comércio holando-angolano. A Holanda era o segundo importador mundial do café de Angola (depois dos Estados Unidos) e absorvia a quarta parte das exportações de café angolano.

O Comité Angola decidiu passar à acção. A campanha do boicote iniciaria-se no princípio de 1972. A operação desenrolou-se em duas frentes:

- tratava-se, por um lado, de informar e alertar os consumidores holandeses; para tanto o Comité publicou um livro intitulado: "Café holandês,

sangue angolano", o qual foi lançado em Janeiro com uma tiragem de 15.000 exemplares

- mas a acção principal seria dirigida aos próprios importadores de café; decidiu-se que lhe seria dada dimensão a 4 de Fevereiro, aniversário da insurreição dos trabalhadores de Angola.

O Comité dirigiu-se directamente às empresas importadoras de café, pedindo-lhes que deixassem de utilizar café angolano nos seus lote, sob pena de se fazer um apelo aos consumidores para boicotarem os produtos dessas firmas. Já em 7 de Janeiro, Albert Heijn, dono de uma das principais empresas de torrefacção e de uma cadeia de supermercados, se comprometeu perante o Comité a renunciar à importação de café angolano a partir dos próximos 6 meses. Em 4 de Fevereiro, iniciou-se em todo o território holandês o boicote do café vendido pelos importadores que ainda não tinham aderido. A campanha foi conduzida por 250 grupos de acção local. Enquanto que o Comité Angola se encarregava da informação à escala nacional, os pequenos grupos eram responsáveis pelo contacto com a imprensa local ou paroquial. Per to de 5.000 pessoas participaram na o peração. Era preciso colar cartazes e tarjetas, organizar diversas manifestações nas proximidades dos centros comerciais, prever desfiles de protesto, distribuir panfletos e chávénas de café não angolano. Só durante o mês de Fevereiro, 25.000 cartazes e 300.000 panfletos foram assim utilizados. Os grupos de acção local conduziam a sua campanha por toda a parte, nas fábricas, nas escolas, nas universidades...

Simultaneamente desenrolava-se uma operação de porta a porta. Era uma vasta colecta cujo produto reverteria para a impressão de um livro educativo destinado às zonas libertadas pelo MPLA.

Finalmente em 3 de Março, Douwe Egberts, principal importador de café na Holanda, publicava um comunicado em que anunciava a sua decisão de suspender as compras de café angolano, cedendo às pressões dos consumidores e dos sindicatos.

O boicote representou um enorme sucesso e constituiu uma grande vitória para o Comité Angola e para a causa do anticolonialismo - é um exemplo a não esquecer.

A 57ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho terminou em Genebra em 27.6.72 com a aprovação de 5 resoluções, uma das quais "condena a política de opressão colonial, de discriminação racial e de violação dos direitos sindicais praticada por Portugal em Angola Moçambique e Guiné". A moção condena ainda "os actos de repressão militar" contra as populações desses territórios, acusa o governo português de proceder "à expulsão sistemática dos trabalhadores africanos das terras férteis para aí instalar colonos brancos" e de aplicar aos trabalhadores africanos "medidas discriminatórias em matéria fiscal, de emprego, de formação profissional, de previdência social e de alojamento".

A moção "promete o inteiro apoio da Organização Internacional do Trabalho na luta legítima dos povos de Angola, Moçambique e Guiné pela autodeterminação, pelas liberdades cívicas e pelas liberdades sindicais". Convida, finalmente, a OIT a examinar "as formas mais apropriadas de fazer com que os representantes dessas três colónias portuguesas possam beneficiar de uma participação nas reuniões da OIT".

Ao ser anunciada a aprovação da moção, a delegação portuguesa abandonou a sala.

=====
AUXÍLIO ITALIANO PARA A FRELIMO
=====

Em Itália está em curso um importante programa de assistência médica, lançado pelo Comité de assistência sanitária às regiões libertadas de Moçambique. No quadro desse programa estabeleceu-se uma estreita cooperação entre o Hospital S. Maria Nuova de Reggio Emilia e o Hospital Central de Cabo Delgado (Moçambique livre).

Uma equipe italiana, composta por 2 médicos, 2 enfermeiras e um perito em tratamento de membros amputados, deslocou-se a África a fim de discutir com a Frelimo as modalidades do auxílio; entretanto 7 moçambicanos receberam em Itália tratamento médico e vários estudantes prosseguem ali os seus

estudos de medicina.

O referido Comité promoveu a impressão de 25.000 exemplares de um opúsculo intitulado "Noções para a protecção e a luta contra algumas doenças infecciosas importantes na África tropical", distribuição às populações das regiões libertadas.

=====
AJUDA DA UNESCO AO MPLA
=====

Segundo um comunicado do MPLA, um grupo da UNESCO e um emissário do namarquês realizaram em Abril uma visita de estudo a Brazzaville, com o fim de estudar as necessidades educacionais do MPLA. A equipe da UNESCO era chefiada pelo seu representante em Addis Ababa, Eric Armerding Peter Sidelmann, secretário geral da delegação do Serviço Mundial das Universidades na Dinamarca, também tomou parte, juntamente com a missão da UNESCO, naquilo que o comunicado descreve como um exame às necessidades do Movimento no campo da educação. Visitaram um centro do MPLA em Dolisie, no sul do Congo.

O comunicado recorda que Agostinho Neto se encontrou recentemente em Lusaka com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, Knud Andersen, o qual assegurou que a Dinamarca tencionava dar auxílio directo aos Movimentos africanos de libertação e, em particular, ao programa educacional do MPLA.

=====
POSTO EMISSOR PARA O SAIGC
=====

Um telegrama da Agência suíça Zürcher AZ, de 29.2.72, anuncia que um novo posto emissor, financiado pela Suécia, seria inaugurado pelo SAIGC nas zonas libertadas da Guiné.

Servirá para aumentar o número de alunos (actualmente 22.000) e tentar suprir a falta de professores, de médicos e de enfermeiros. Transmittirá programas de higiene e educação.

=====
SENEGAL : REFUGIADOS DA GUINÉ
=====

Notícias de Dakar informam, já no final de Dezembro de 1971 : mais

80.000 refugiados da Guiné-Bissau, fugidos à perseguição dos portugueses, vieram para o Senegal, diz o Sr. Ibrahim Sow, do Comité Senegalês de Assistência aos Refugiados. Isto perfaz um total de 74.000 refugiados da Guiné-Bissau no Senegal, segundo as autoridades senegalesas.

O Comité senegalês, juntamente com um representante das Nações Unidas está a elaborar medidas para fornecer aos refugiados assistência sanitária e parcelas de terra.

=====
PORTUGAL: OS ESTUDANTES E A GUERRA
=====

Em 24.5.72, por altura dos graves acontecimentos académicos ocorridos em Lisboa no Instituto Superior Técnico e no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, uma Reunião Geral de Alunos aprova um comunicado dos estudantes à população, do qual foram distribuídos mais de 80.000 exemplares.

O comunicado, depois de denunciar a opressão policial e desmascarar a propaganda do Governo ("Sucede que as pessoas já não acreditam em tais 'baléias' porque sabem que os preços sobem de dia para dia e que os salários não chegam, porque sentem na carne os filhos que morrem na guerra colonial..."), afirma:

"A polícia, grande carrega, não defende a tranquilidade pública mas sim a paz pedro dos que vivem do suor e do sangue da grande maioria da população. São as empresas estrangeiras estabelecidas em Portugal e nas colónias e a grande burguesia que querem mais doutores e engenheiros para colar bombas na exploração do povo, para defender as leis deles, os bancos deles, as grandes empresas deles, a guerra deles".

E, perto do final, o comunicado acrescenta: "É a favor da reacção popular à subida do custo de vida, à manutenção dos salários baixos, ao prolongamento indefinido da guerra colonial em África que leva à repressão brutal e hiélica".

=====
Este boletim fornece informação; a informação leva ao esclarecimento e à decisão; a decisão leva à acção. A luta é urgente.

RECORTES

A "CLEMENCIA" DO GOVERNO

Bruscamente durante o passado mês de Julho, os órgãos de informação deram a conhecer ao país uma realidade: a existência, nos territórios das colónias, de CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO para africanos.

O Governo anunciava então o seu acto de "clemência" ao libertar umas centenas de patriotas angolanos, moçambicanos e guineenses. Libertou aqueles que esperava poder "recuperar", talvez para dar lugar a novas vagas de prisioneiros. Quantos milhares lá teriam ficado? Quantos milhares de homens, mulheres e crianças estarão assim sujeitos a medidas de internamento administrativo, privados de liberdade, talvez simples suspeitos, sem julgamento e sem defesa?

LIBERTADOS EM ANGOLA MAIS TREZENTOS ANTIGOS TERRORISTAS

LUANDA, 26. — Beneficiando das medidas de clemência recentemente tomadas pelo Governo, cerca de trezentos antigos terroristas chegaram já a Luanda, acompanhados pelas famílias, no total de 520 pessoas. Todos eles residiam no campo de recuperação de São Nicolau, perto de Moçamedes.

Dificuldades de transporte, levaram as autoridades a escalonar a operação de regresso em duas fases, estando já a segunda prevista para muito breve. Nessa segunda fase, regressam mais 350 indivíduos, igualmente acompanhados das famílias, no total de 500 pessoas.

Os primeiros que chegaram começaram já a seguir para as suas terras situadas no distrito de Luanda, do Cuanza Norte, do Cuanza Sul, de Malanje e do Uíge, onde serão reintegrados nas suas antigas ocupações.

Outros casos, não abrangidos pela actual amnistia, vão ser agora apreciados. — (A. N. I.)

AS MEDIDAS DE CLEMENCIA EM ANGOLA ATINGEM SETE CENTENAS DE ANTIGOS MILITANTES DE MOVIMENTOS TERRORISTAS

LUANDA, 25. — Beneficiando da atitude de clemência tomada recentemente pelo Governo Central, sete centenas de antigos militantes de movimentos terroristas começaram a abandonar o Centro de Recuperação de S. Nicolau, onde se encontravam desde que haviam caído sob a alçada da lei. Com eles, as respectivas famílias, que, correspondendo ao interesse por eles próprios manifestado, estavam em sua companhia.

Duzentos e trinta presos políticos libertados em Moçambique

Todos os caminhos estão abertos aos que queiram lealmente colaborar. Secundando as palavras há dias proferidas pelo senhor Presidente do Conselho, de novo apelo para os que ainda estão escravizados a uma causa sem esperança nem futuro, para se apresentarem às autoridades legítimas — declarou o governador de Moçambique, Pimentel dos Santos respondendo aos agradecimentos que lhe foram dirigidos por um grupo de recém-libertados do Centro de Recuperação da Direcção Geral de Segurança.

Beneficiando de uma amnistia do Governo

230 detidos naquele estabelecimento prisional foram restituídos à liberdade.

Um grupo de libertados esteve ontem à tarde no Governo Geral tendo expressado o seu reconhecimento ao eng. Pimentel dos Santos.

Falou em nome de todos Cadmiel Filiane Mutemb, que, deixou também expresso o apoio de todos pela candidatura do almirante Américo Thomaz a Presidência da República, e se referiu elogiosamente à acção que a D. G. z. vem desempenhando nos sectores de recuperação e da educação. (D. L./L.)

Dada a dificuldade de transporte em função das grandes distâncias que separam os diversos pontos de Angola, o regresso teve de ser programado por fases. A primeira foi executada. Assim, cerca de trezentos antigos terroristas, acompanhados por perto de duzentas e vinte mulheres e crianças deixaram já S. Nicolau, a caminho de Luanda, aonde chegaram há dias, seguindo dali para as suas terras de origem.

A segunda fase terá início com a brevidade possível, desde que haja transportes disponíveis. Serão, assim, beneficiados mais 350 antigos elementos terroristas. Como os outros, virão com as famílias. Ao todo, dentro de dias, haverá novamente de passagem por Luanda, de regresso às suas terras mais umas quinhentas pessoas, entre homens, mulheres e crianças.

Paralelamente com a execução daquela última fase, vão ser encareados outros casos, não abrangidos pela letra do despacho, mas que se integram na mesma linha de rumo que norteou o seu espírito. E' o dos residentes em S. Nicolau com bom comportamento, e bem assim o de todos os que, durante a sua estada no Centro de Recuperação, demonstraram estar aptos, pela sua conduta, a voltar ao convívio das comunidades a que pertencem.

Nos primeiros tempos, todos eles, nas suas terras de origem, serão amparados pelas autoridades, que procurarão facilitar-lhes ocupações de subsistência para elas e para os seus. Muitos dos que prestavam a sua actividade no funcionalismo, ou em entidades privadas, voltarão mesmo, como se nada tivesse acontecido, às suas anteriores ocupações. — (A. N. I.)

RETORNO AO SEIO da Comunidade Lusitana

BENEFICIAM

DA CLEMENCIA

1500 INDIVÍDUOS

Através da Secretaria de Estado da Informação e Turismo recebemos do Ministério do Ultramar a seguinte nota:

«Conforme a Imprensa noticiou, começou já a ser dada execução à medida de clemência anunciada pela nota oficial de 5 do corrente mês. Dela beneficiarão, no conjunto das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, cerca de 1500 indivíduos.»

RESTITUIDOS À LIBERDADE OITENTA DETIDOS DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO DA ILHA DO IBO

PORTO AMÉLIA, 10. — Na ilha do Ibo, foram restituídos à liberdade oitenta detidos que estavam no Centro de Recuperação da D. G. S., abrangidos pela amnistia que entrou em vigor com a publicação da nova Lei Orgânica do Ultramar. A cerimónia teve a presença do governador do distrito de Cabo Delgado, comandante Santos Prado; do comandante do sector, brigadeiro Santos Correia; do bispo de Porto Amélia, D. José Santos Garcia; do eng. Guedes Paiva, presidente da comissão distrital da A. N. P.; do inspector da D. G. S., Aveilino Borges; do administrador do concelho de Ibo, Carlos Lopes Bento, e doutras entidades.

O acontecimento foi presenciado por centenas de pessoas que povoaram o largo fronteiro à velha fortaleza do Ibo, vendo-se muitas bandeiras nacionais nas mãos dos ex-detidos. Entre a multidão, viam-se diversos dísticos com frases patrióticas e de saudação.

Em nome dos libertados, falou Manuel Patla, que, a certa altura afirmou: «Esta é uma grande lição para aqueles que, na clandestinidade, ainda teimam em combater os pacíficos habitantes destas terras portuguesas. É também uma lição para aqueles que, obrigados pelos fanáticos cabeceiras da Frelimo, lutam por uma causa injusta e, portanto, podem, sem receio, apresentar-se às autoridades da ordem que os receberão de braços abertos e lhes proporcionarão uma vida tranqüila.»

Seguidamente, Lázaro Kavandame, conhecido chefe maconde há anos apresentado às autoridades portuguesas e expressamente convidado para assistir à cerimónia, agradeceu ao Governo este significativo acto de clemência, incitando os ex-reclusos para nunca mais se deixarem enganar pelos traidores que, a troco de honrarias e dinheiro, obrigavam o povo moçambicano a sofrer na sua carne os horrores da guerra. Lázaro Kavandame disse ainda que também ele havia sido chefe da Frelimo, mas que se arrependeu e entregou às autoridades portuguesas, das quais só recebeu carinhos e compreensão, e que agora se encontra livre. Por último, exortou os recém-libertados a não mais se deixarem enganar e pediu-lhes que agradecessem ao governador do distrito e à D. G. S. a liberdade concedida e tudo quanto têm feito por eles.

O governador do distrito, comandante Santos Prado dirigiu, em seguida, algumas palavras aos libertados, a quem afirmou que todos tinham o seu lugar na sociedade, desde que queiram ser úteis à Nação.

A cerimónia terminou entre vivas a Portugal. — (L.)

“MANIFESTAÇÃO DE ARREPENDIMENTO” NA CIDADE MOÇAMBICANA DE QUELIMANE

«Odlamos a Frelimo e prometemos ao Governo que não voltamos a enganar-nos», disse um internado num capô de recuperação da D. G. S. na Zambézia, Falso Lobo ao discursar em Quelimane, no decorrer de uma manifestação de arrependimento, integrada nas comemorações da entrada em vigor da nova Lei Orgânica do Ultramar, e de agradecimento pelas medidas de clemência recentemente anunciadas. E prosseguiu: «Nós só reconhecemos uma bandeira — bandeira portuguesa, só pertencemos a uma Pátria — Pátria portuguesa, só desejamos uma identidade — de portugueses. Os nossos

filhos hão-de saber agradecer este perdão do Governo e serão dignos das promessas que hoje aqui juramos; queremos ser portugueses e renegamos a Frelimo e os seus falsos profetas. Viva Portugal! Viva Moçambique!»

Em seguida, o administrador Ferreira de Lima em representação do governador do distrito da Zambézia, disse que esperava que o arrependimento dos manifestantes fosse sincero integrando-se na grande família lusa, concorrendo com trabalho honesto para o engrandecimento da terra onde nasceram, e por um Portugal maior.

LIBERTADOS NA GUINÉ VINTE ANTIGOS ELEMENTOS DO P. A. I. G. C.

BISSAU 27. — Pouco mais de meio ano após a última libertação de 40 ex-combatentes e colaboradores do P. A. I. G. C., verificou-se, agora, em Bissau, nova cerimónia a assinalar a concessão de liberdade a mais duas dezenas, na sequência da recente amnistia decretada pelo Governo Central.

Os libertos estiveram no palácio do Governo para exprimir ao governador, general António de Spínola, a sua gratidão pela medida de clemência de que foram objecto. Estiveram, também, presentes muitas pessoas de família dos amnistiados e elementos da população, que se quiseram associar à manifestação.

Em nome dos libertos falou Paulo da Silva, que, dirigindo-se ao general Spínola, agradeceu o acto de confiança e benevolência do Governo, ao conceder-lhes a liberdade. Depois de dizer da sua admiração e dos seus camaradas por tudo quanto viram nas visitas e contactos que tiveram, tanto em Bissau como no «chão» balanta da região de Nhacra, e de repudiar o P. A. I. G. C. e as suas mentiras, Paulo da Silva declarou apoio de todos à política seguida na Guiné. Terminou o discurso com calorosos vivas ao governador da província, à «Guiné melhor» e a Portugal.

RESTITUIDOS A LIBERDADE EM TETE 41 ANTIGOS COMPONENTES DA FRELIMO

TETE, 21. — Em cerimónia da delegação de Tete da D. G. S., e em cumprimento da amnistia determinada pelo Governo, para assinalar a entrada em vigor da Lei Orgânica do Ultramar, foram restituídos à liberdade 41 elementos que se encontravam sujeitos a medidas administrativas de segurança, ou que militaram em movimentos antinacionais, os quais, arrependidos, se apresentaram às autoridades portuguesas.

Reintegrados na paz

**ANTIGOS
TERRORISTAS
AGRADECEM
A CLEMÊNCIA
DO GOVERNO**

